V CONGRESSO INTERNACIONAL DAS **LICENCIATURAS** COINTER - PDVL 2018

O LUGAR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO RECIFE: UM OLHAR SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA A PARTIR DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008.

THE PLACE OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE CONTINUED TRAINING OF TEACHERS OF THE MUNICIPAL PUBLIC NETWORK OF RECIFE: A LOOK AT GEOGRAPHY EDUCATION UNDER LAWS 10.639 / 2003 AND 11.645 / 2008.

Apresentação: Comunicação Oral

Nielson da Silva Bezerra¹.

DOI: <https://doi.org/10.31692/2358-9728.VCOINTERPDVL.2018.00114>

Resumo

O objetivo de nosso estudo é avaliar a inserção da temática Relações Étnico-Raciais na Formação Continuada de professores de Geografia da rede pública municipal do Recife, a partir do que preconiza as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Estudamos os documentos que norteiam o ensino da temática étnico-racial a nível municipal e entrevistamos as coordenadoras do GTERÊ (Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-raciais), responsáveis pela temática étnico-racial. A rede municipal de ensino do Recife garante, através de seus documentos oficiais, o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental, enquadrando três eixos de norteamiento que visam democratizar. Quando comparamos as referências entre cultura afro-brasileira e cultura indígena nestes documentos fica nítido que a cultura indígena tem um espaço menor. O GTERÊ encontra-se enfraquecido, diante do tamanho de seu desafio frente as atuais dimensões da equipe. A Formação Continuada de professores de Geografia no âmbito da Prefeitura do Recife não tem conseguido contemplar adequadamente o que preconiza as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 não obstante o esforço dos profissionais que compõem o GTERÊ. A preocupação com as avaliações de rede associado as mudanças levadas a cabo pela aprovação da nova base nacional comum curricular – BNCC são evidentes ameaças às conquistas defendidas pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Palavras-Chave: Formação Continuada; Geografia; Leis 10.639/2003 e 11.645/2008;

Abstract

The objective of our study is to evaluate the insertion of the theme Ethnic-Racial Relations in the Continuing Education of teachers of Geography of the municipal public network of Recife, based on what is enacted in laws 10.639 / 2003 and 11.645 / 2008. We studied the documents that guide the teaching of ethnic-racial issues at the municipal level and interviewed the

¹ Mestre em Educação – UFPE, Professor da Licenciatura de Geografia do IFPE- Campus Recife, nielsonbezerra@recife.ifpe.edu.br

coordinators of the GTERÊ (Ethnic-racial Relations Education Working Group) responsible for ethnic-racial issues. Through its official documents, Recife's municipal education network guarantees the teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and culture in elementary school, encompassing three guidelines that aim to democratize. When we compare the references between Afro-Brazilian culture and indigenous culture in these documents it is clear that the indigenous culture has a smaller space. The GTERÊ is weakened by the size of their challenge against the current team size. The Continuing Education of Geography teachers within the scope of the Municipality of Recife has not been able to adequately contemplate what is envisaged in laws 10.639 / 2003 and 11.645 / 2008, despite the efforts of the professionals who make up the GTERÊ. The concern with the network assessments associated with the changes made by the approval of the new common national curriculum base - BNCC are evident threats to the achievements defended by laws 10.639 / 2003 and 11.645 / 2008.

Keywords: Continuing Education; Geography; Laws 10,639 / 2003 and 11,645 / 2008;

Introdução

Nosso estudo integra o arco de estratégias do projeto “O ensino de Geografia e a Educação das Relações étnico-raciais: análises a partir da temática história e cultura afro-brasileira e indígena”. Nessa pesquisa nosso objetivo é avaliar a inserção da temática Relações étnico-raciais, na Formação Continuada de professores de Geografia da rede pública municipal do Recife, a partir do que preconiza as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Compreendemos que o referido arcabouço legal é de suma importância para a valorização e potencialização da sócio-diversidade do povo brasileiro, onde as heranças culturais indígenas e afro-brasileira são ainda diminuídas ou ignoradas. Nesse contexto o ensino de Geografia e a Formação Continuada de professores são peças chaves das Políticas Públicas Educacionais, no sentido da efetiva implementação da referida legislação.

Utilizamos a Pesquisa Qualitativa, pautada nas técnicas de Análise Documental e Análise de Conteúdo, apoiados em Esteban (2010), quando afirma que Abordagem Qualitativa é adequada para investigação de processos educativos por primar pelo aprofundamento nas análises dos fenômenos complexos.

Compreendemos que a Geografia Escolar tem um importante papel na compreensão, preservação e fortalecimento de nossa identidade multifacetada, onde a compreensão da imensa diversidade e riqueza cultural indígena e afro-brasileira permitirá o fortalecimento de nossa exuberante diversidade cultural. Uma importante conquista no tópico das relações étnico raciais nas políticas públicas de educação municipal do Recife foi a formação do GTERÊ (Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-raciais) no ano de 2006, através da portaria 486.

Um dos principais argumentos de criação do grupo foi cumprir acordos internacionais que aconselham aos governos de países em processo de desenvolvimento a efetivar ações que reparem as consequências históricas, culturais e sociais do racismo em todos os níveis. Mesmo com o reduzido número de profissionais no GT, diversas ações foram executadas ao longo dos anos, entre as quais: apoio ao desenvolvimento de projetos didáticos que abordam as questões étnico-raciais propostos pelas escolas; atendimento a denúncias de racismo e perseguição religiosa no âmbito das escolas municipais e apoio a reformulação e atualização das políticas públicas municipais de educação.

Fundamentação Teórica

Estudar a Educação das Relações étnico-raciais a partir do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na cidade de Recife faz com que nos deparemos com um terreno muito fértil. Esse espaço geográfico carrega em si a marca da cultura afro-descendente nos Maracatus, terreiros e catimbós, conforme nos ensinam Lima e Guillen (2007), assim como ainda ostenta a força da jurema sagrada, como nos apontam Rodrigues e Campos (2013). Tamanha riqueza cultural afro-brasileira e indígena, no entanto, não significa que a capital pernambucana seja livre de racismo, preconceito e discriminação. Durante a formação continuada com professores da rede pública municipal do Recife, Lages (2007), identificou a necessidade dos educadores discutirem o racismo no cotidiano escolar para enfrentar as próprias limitações nos processos pedagógicos. Este cenário nos convoca a estudar a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 na educação pública municipal do Recife a partir da cultura afro-brasileira e indígena sob o olhar da Geografia, isso porque compreendemos que “(...) a Geografia possibilita conhecer o mundo através do espaço geográfico.” Magalhães e Landim (2013, p.49).

Apontando a urgência e importância dos estudos acerca das relações étnico-raciais com professores da educação básica, o estudioso afirma...

Portanto, o que mais chama atenção nas falas dos professores é que, na própria argumentação de que não há práticas racistas, há referências a práticas camufladas e veladas de racismo, recorrentemente apontadas pelos estudos étnico-raciais, como a questão dos apelidos, de fazer de conta que se tratou de uma brincadeira ou de simplesmente silenciar porque precisa trabalhar os conteúdos (Backes, 2016, p. 54)

Compreendemos, portanto, ser necessário contribuímos para a construção de uma Educação Escolar Intercultural, que seria mais que uma educação para os indígenas ou afrodescendentes ou qualquer outra minoria, mas seria sim, no dizer de Russo e Paladino (2014), uma Educação que se alimente das diversas culturas brasileiras e que atingisse toda a população nacional, conceito presente no espírito da Lei 11.645/2008, e necessário a uma verdadeira democratização da sociedade, além de uma importante demanda da sociedade brasileira.

Concordamos com Santos (2011) quando este aponta a importância do aparato legal para enfrentar o racismo na educação.

A Lei 10.639, promulgada em janeiro de 2003, é atualmente o principal instrumento de combate ao racismo no campo da educação. Fruto de lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro, ela vem tendo sua aplicação marcada por uma pluralidade de formas de atuação deste movimento social, que dá cada vez maior amplitude e complexidade aos desdobramentos da Lei. (SANTOS, 2011, p. 5)

Assim como concordamos com Silva (2011), que aponta o necessário respeito a sociodiversidade atual em nosso país, ainda em processo de reconhecimento.

Os debates sobre o reconhecimento e respeito às sociodiversidades no Brasil contemporâneo exigem, portanto, um repensar sobre a história do país, discussões sobre a chamada formação da sociedade brasileira e da identidade nacional. A respeito da existência de uma suposta cultura brasileira, nordestina, sertaneja, pernambucana, etc. Esses debates também problematizam as ideias e concepções a respeito da mestiçagem, sobre os lugares dos índios, negros e outras minorias que formam a grande maioria da população em nosso país. (SILVA, 2011, p.124)

Nossa pesquisa busca contribuir com esses debates, no sentido de ampliar a compreensão desse complexo fenômeno social, tão pouco enxergado, tão invisível e tão pouco estudado. As questões étnico-raciais são, portanto, importantes elementos a serem desvendados em nosso colorido tecido social.

Metodologia

Qual o papel da formação continuada de professores de Geografia na implementação das leis 10.629/2003 e 11.645/2008 na rede pública municipal do Recife? Neste sentido investigamos essa questão através de uma abordagem qualitativa apoiada numa pesquisa documental complementada por entrevistas semiestruturadas com gestoras do GTERÊ (Grupo de Trabalho em Educação da Relações Étnico-Raciais) da Prefeitura do Recife. Concordamos com Esteban (2010), quando afirma que a Abordagem Qualitativa é adequada para estudar os processos educativos por primar pelo aprofundamento nas análises dos fenômenos complexos.

A primeira fase de nosso estudo foi dedicada a um estudo documental da política educacional do município do Recife, com foco na formação continuada de professores acerca do tema Relações étnico-raciais. Esse estudo irá permitir uma sistematização do discurso oficial sobre as relações étnico-raciais presente nos documentos norteadores da política pública educacional do Recife.

Na segunda fase realizamos uma entrevista semiestruturada com gestoras do GTERÊ que atuam na formação continuada de professores do Recife. Concluímos nossa pesquisa com uma análise dos dados levantados de modo que passamos avaliar a inserção da temática relações étnico-raciais na Formação Continuada de professores de Geografia da rede pública municipal do Recife, a partir do que preconiza as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, de modo a contribuir efetivamente com a melhoria da qualidade da educação a partir da democratização das relações étnico-raciais em nossa sociedade.

Resultados e Discussão

Nosso estudo busca contribuir para uma maior democratização da Sociedade, na medida que busca fortalecer o olhar intercultural no Ensino Fundamental da rede pública municipal do Recife.

O presente estudo lança seu olhar para a formação de professores de Geografia, na medida que aponta uma linha de estudo pouco explorada, abrindo novas perspectivas para a Formação Inicial e Continuada de Professores.

O documento intitulado “Política de Ensino da Rede Municipal do Recife”, do ano de 2015, reconhece o Brasil como um país multirracial e pluricultural e se baseia numa perspectiva

antirracista para promover uma revolução nas mentalidades com o intuito de reconhecer os diversos povos no contexto da cultura e da educação brasileira, numa abordagem interdisciplinar que garanta uma pluralidade de visões de mundo (RECIFE, 2015). No que se refere aos Direitos de Aprendizagens em Educação para as Relações Étnico-Raciais, o texto se apoia nas Diretrizes Curriculares Nacionais do ano de 2006 para encabeçar seus princípios: “a) consciência política e histórica da diversidade; b) fortalecimento de identidades e direitos; c) ações educativas de enfrentamento ao racismo e às discriminações.” (RECIFE, 2015, p.48), a adoção desses princípios visa uma mudança atitudinal da sociedade e dos indivíduos, visando um impacto que não só se limite ao espaço da escola, mas também na sociedade. Além da adoção dos princípios étnico-raciais das Diretrizes Curriculares Nacionais, o município se dispõe a realizar ações no cotidiano escolar, exigindo a presença deste tópico de forma multidisciplinar e não apenas reduzindo a unidades didáticas específicas, deste modo, busca-se desenvolver projetos e ações durante todo o ano letivo a partir da integração deste princípios nos PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) das escolas; reconhecer e valorizar as contribuições históricas, culturais, econômicas, sociais e políticos do negro e indígena em nossa sociedade, além de desconstruir alguns estereótipos linguísticos e culturais que ainda são reforçados em nosso dia-a-dia.

No Recife, impulsionado pelo Orçamento Participativo Temático - Negros e Negras, em 2004, é formado em 2006 o GTERÊ (Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-Raciais). O principal objetivo do GTERÊ é contribuir para a efetivação da Educação das Relações Étnico Raciais, promovendo formações para os professores da Rede Municipal de ensino, e assim, materializar a reflexão acerca das relações étnico-raciais nos currículos da Educação Básica sob a responsabilidade do município. (RECIFE, 2006).

No estudo do documento Política de Ensino da Rede Municipal do Recife - Fundamentos Teórico-Metodológicos, principal documento norteador da política municipal de ensino, identificamos algumas ausências da cultura indígena, como no trecho que segue.

O debate contemporâneo no campo curricular reconhece a escola como espaço-tempo de luta pela significação da diferença cultural, afinal ela acolhe uma diversidade de possibilidade de leituras sobre ser e estar no mundo. O currículo participa do processo de construção de identidades ajudando a produzir, entre outras, a identidade étnico-racial. Nas escolas, os currículos ao não valorizarem a presença afirmativa do negro na história do Brasil, à medida que o ocultam de nossas memórias, criam

para a temática, territórios de exclusão. (RECIFE, 2014, p 56)

Não obstante, o documento seja datado de 2014, seis anos após a promulgação da 11.645/08, que inclui a cultura indígena nas políticas étnico-raciais, ainda percebemos em documentos oficiais estas lacunas. É importante ressaltar que, até o presente o momento o MEC ainda não publicou as *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais* em relação à temática indígena, assim como fez com a temática afro-brasileira, o que consequentemente acaba por ganhar mais visibilidade em todo âmbito educacional, não sendo diferentes na política educacional do Recife. Ao longo de todo o documento é comum encontrar menções às relações étnico-raciais pondo em evidência apenas a questão afro-brasileira.

Não se trata simplesmente de incluir os negros e integrá-los numa sociedade que secularmente os exclui e desqualifica, mas oferecer uma educação que lhes permita assumir-se como cidadãos autônomos, críticos e participativos. (BRASIL, 2006 apud RECIFE, 2014, p. 65)

A invisibilidade imposta à pauta indígena geram equívocos e reproduções de discursos homogeneizadores como podemos constatar no documento da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife. Neste exemplo a professora realiza a avaliação de uma atividade que desenvolveu com os alunos do 3º ano do primeiro ciclo de uma escola situado no bairro do Vasco da Gama, zona norte do Recife, nesta avaliação ela afirma “*com o trabalho as crianças perceberam que História não é algo imaginário como os contos de fada, ou algo que só aconteceu antigamente no tempo dos dinossauros ou dos índios. E ainda, compreenderam o sentido de passado*”. Recife (2014, p.153)

Este depoimento mostra o quanto ainda temos que percorrer para que possamos enfim ter uma educação democrática e que respeite a dimensão da pluralidade cultural que existe no Brasil.

No campo das Políticas Públicas Federal é importante apontar a aprovação da nova base nacional comum curricular – BNCC e que esse documento não prioriza as relações étnico-raciais, o que coloca em perigo as conquistas das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Nas entrevistas, uma das primeiras questões apontadas pelas entrevistadas foi a mudança da estrutura do grupo no decorrer dos anos. Em sua primeira fase, em 2006, o GTERÊ promovia a implementação das leis com o apoio de vários profissionais de diversas secretarias de toda a estrutura da Prefeitura do Recife.

Num segundo momento, a partir de 2013, o grupo passa a integrar a equipe de formação continuada de professores, ministrando cursos sobre a temática. A partir deste ano houve mudanças no calendário de formação, com uma maior ênfase nas áreas de língua portuguesa e matemática, o que diminuiu a oferta de formação na área das relações étnico-raciais. Gradualmente, várias alterações ocorreram no âmbito de atuação do GT, o que diminuiu seu raio de ação na política municipal de educação. Durante seus primeiros anos de atuação o grupo chegou a contar com 12 (doze) professores, hoje esse grupo está reduzido a 3 (três) professores.

Mesmo com o reduzido número de profissionais no GT, diversas ações foram executadas ao longo dos anos, entre as quais: apoio ao desenvolvimento de projetos didáticos que abordam as questões étnico-raciais propostos pelas escolas; atendimento a denúncias de racismo e perseguição religiosa no âmbito das escolas municipais e apoio a reformulação e atualização das políticas públicas municipais de educação.

Sobre o planejamento atual do grupo, além de receber e encaminhar as demandas espontâneas que chegam das escolas municipais, o grupo afirma ser necessário atualizar o mapeamento de professores que tem projetos e/ou pesquisas na área de relação étnico-raciais, de forma que essas experiências sejam mais socializadas no âmbito dos docentes da prefeitura. Nesta atividade caberia também a busca por colaboração para realizar formações com os professores e gestores das escolas municipais.

Durante a entrevista foi ainda relatado que alguns setores da própria prefeitura procuram a contribuição do GTERÊ para ajustes em textos e ações, visando combate ao racismo semântico e institucional.

Conclusões

A rede municipal de ensino do Recife garante através de seus documentos oficiais o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental, enquadrando três eixos de norteamiento que visam democratizar o ensino de todos os povos que compõem a sociedade brasileira. Quando comparamos as referências entre cultura afro-brasileira e cultura indígena nos documentos oficiais da política de educação, fica nítido que a cultura indígena tem um espaço menor.

O GTERÊ, que tem como foco a implantação e desenvolvimento da política de relações étnico-raciais na Educação encontra atualmente enfraquecido, diante do tamanho de seu desafio

frente as atuais dimensões da equipe. Uma das causas dessa perda de espaço é o massivo investimento e foco em Língua Portuguesa e Matemática, visando a priorização das avaliações de rede. A aprovação da nova BNCC é outra ameaça à implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Sem a devida priorização da temática afro-brasileira e indígena na Política Educacional não vamos alcançar os objetivos preconizados no arcabouço legal e que foi construído pela luta dos povos indígenas e afro-descendentes de nosso país.

Na geografia, ciência que tem como principal foco mostrar as relações sócio-espaciais em determinado espaço-tempo, é altamente necessário enfatizar a resistência afro-brasileira e indígena em diversos aspectos, tanto na paisagem como no espaço. A cidade do Recife é um palco importantíssimo da cultura indígena e afro-brasileira, essa realidade deve tomar forma nos currículos escolares das escolas municipais como forma de vivenciar nossa rica e diversa multiculturalidade. O fortalecimento de formações continuadas sobre a cultura e história afro-brasileira e indígena associadas aos aspectos geográficos é um dos principais mecanismos que podem atualizar os professores acerca das relações étnico-raciais, pois na formação dos professores brasileiros este tema foi negligenciado por muito tempo, o que acaba refletindo na prática de ensino carregada de uma visão eurocêntrica.

Referências

BACKES, José Licínio. O currículo e a produção de sujeitos afrodescendentes em uma escola pública estadual de Campo Grande (MS) com alto IDEB. **Revista Acta Scientiarum Human and Social Sciences**. Maringá, v. 38, nº 1, p. 49-56, Jan.-June, 2016

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH editora, 2010.

LAGES, Josélia Batista da Silva. Por uma Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar: discutindo uma pedagogia da afetividade e da indignação a partir da Inter-relações. In BEZERRA, Nielson da Silva. (org.) **Respeitando as Diferenças no Espaço Escolar**. Recife, Gestos, 2007.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. GUILLEN, Cristina Martins. **Cultura afro-descendente no Recife: maracatus, valentes e catimbós**. Recife – editora Bagaço, 2007.

MAGALHÃES, Gledson Bezerra. LANDIM, Francisco Otávio. A Geografia nas etapas jurídicas e institucionais da Educação Indígena. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v.4, nº 8, p. 43-53, jul. / dez. 2013.

RECIFE. Secretaria de Educação. **Portaria nº 489** de 21 maio de 2006. Atualização do objetivo e composição do G.T.E.R.Ê. Diário Oficial da Prefeitura do Recife. Edição 51,11 de maio de 2006.

_____. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**: Fundamentos Teórico-Metodológico. Recife, 2014. 57-154 p.

_____. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife: ensino fundamental do 1º ao 9º ano** / organização: Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. – Recife: Secretaria de Educação, 2015.

RODRIGUES, Michelle Gonçalves. CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. Caminhos da Visibilidade: ascensão do culto a Jurema no campo religioso de Recife. In **Revista Afro-Asia**, nº 47, p. 269-291, 2013.

RUSSO, Kelly. PALADINO, Mariana. Reflexões sobre a Lei 11.645/2008 e a Inclusão da temática Indígena na Escola. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana: GEPIADDE, Ano 08, Volume 16 jul/dez. de 2014.

SILVA, Edson. Povos indígenas e o ensino: reconhecendo o direito à inclusão das sociodiversidades no currículo escolar com a Lei n. 11.645/2008. **Polyphonia**, v. 22/1, jan./jun. 2011.

_____. Os Povos Indígenas e o Ensino: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. In: FERREIRA, Gilberto Geraldo; SILVA, Edson Hely; BARBALHO, José Ivamilson Silva. (Orgs.). **Educação e diversidade: um diálogo necessário na Educação Básica**. Maceió, EDUFAL, 2015, p.161-180.

SANTOS, Renato Emerson. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. In Revista **TAMOIOS**, Ano VII. Nº 1, 2011 - ISSN 1980-4490.